

Territórios rurais criativos: da proximidade geográfica à construção da proximidade social

Ademir Antonio Cazella

Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

ORCID: 0000-0002-4457-4853

Monique Medeiros

Universidade Federal do Pará – Belém – Pará – Brasil

ORCID: 0000-0001-8789-0621

Sandra Mara de Alencar Schiavi

Universidade Estadual de Maringá – Maringá – Paraná – Brasil

ORCID: /0000-0002-3285-1243

Itaan de Jesus Pastor Santos

Universidade Estadual do Maranhão – São Luiz – Maranhão – Brasil

ORCID: 0000-0003-4710-7684

Resumo

O artigo analisa iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável em territórios rurais brasileiros a partir do conceito de recursos territoriais específicos. O problema de pesquisa refere-se ao descompasso entre a multiplicidade de experiências empíricas existentes e a limitada apropriação teórica desse conceito por atores territoriais e gestores públicos. O objetivo é examinar a pertinência e a capacidade adaptativa do enfoque dos territórios criativos, originalmente formulado no contexto europeu, frente a realidades rurais marcadas por desigualdades socioeconômicas e ambientais. O referencial teórico apoia-se nas abordagens da proximidade territorial e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Metodologicamente, o estudo combina revisão bibliográfica com resultados preliminares de pesquisas empíricas de caráter exploratório realizadas em quatro territórios rurais dos estados de Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Pará, incluindo seminários interinstitucionais e incursões a campo. Os resultados indicam que a valorização de recursos territoriais materiais, imateriais e humanos depende fortemente da proximidade social, da ação coletiva e da articulação entre múltiplos atores. Conclui-se que estratégias baseadas na especificação territorial e em sistemas de governança plurais podem fortalecer projetos de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável. Ação coletiva. Governança territorial. Especificação territorial.

Abstract

This article analyzes initiatives of sustainable territorial development in Brazilian rural territories based on the concept of specific territorial resources. The research problem concerns the mismatch between the wide range of existing empirical experiences and the limited theoretical appropriation of this concept by territorial actors and public managers. The objective is to examine the relevance and adaptive capacity of the creative territories approach, originally developed in the European context, when applied to rural realities marked by socioeconomic and environmental inequalities. The theoretical framework draws on the approaches of territorial proximity and the Territorial Basket of Goods and Services. Methodologically, the study combines a literature review with results from exploratory empirical research conducted in four rural territories located in the states of Santa Catarina, Paraná, Maranhão, and Pará, including interinstitutional seminars and field visits. The results indicate that the valorization of material, immaterial, and human territorial resources strongly depends on social proximity, collective action, and the articulation among multiple actors. The article concludes that strategies based on territorial specification and plural governance systems can strengthen sustainable territorial development projects in rural Brazil.

Keywords: Sustainable territorial development. Collective action. Territorial governance. Territorial specification.

Resumen

El artículo analiza iniciativas de desarrollo territorial sostenible en territorios rurales brasileños a partir del concepto de recursos territoriales específicos. El problema de investigación se refiere al desajuste entre la amplia diversidad de experiencias empíricas existentes y la limitada apropiación teórica de este concepto por parte de actores territoriales y gestores públicos. El objetivo es examinar la pertinencia y la capacidad adaptativa del enfoque de los territorios creativos, formulado originalmente en el contexto europeo, frente a realidades rurales marcadas por desigualdades socioeconómicas y ambientales. El marco teórico se apoya en los enfoques de la proximidad territorial y de la Cesta de Bienes y Servicios Territoriales. Metodológicamente, el estudio combina una revisión bibliográfica con resultados de investigaciones empíricas de carácter exploratorio realizadas en cuatro territorios rurales de los estados de Santa Catarina, Paraná, Maranhão y Pará, incluyendo seminarios interinstitucionales y visitas de campo. Los resultados indican que la valorización de recursos territoriales materiales, inmateriales y humanos depende fuertemente de la proximidad social, de la acción colectiva y de la articulación entre múltiples actores. Se concluye que las estrategias basadas en la especificación territorial y en sistemas de gobernanza plurales pueden fortalecer proyectos de desarrollo territorial sostenible en el medio rural brasileño.

Palabras clave: Desarrollo territorial sostenible. Acción colectiva. Gobernanza territorial. Especificación territorial.

1 Introdução

Desde o final da década de 1970, o rural brasileiro tem sido palco de inúmeras iniciativas de projetos contra hegemônicos de desenvolvimento conduzidos, inicialmente, por organizações não governamentais em parceria com movimentos sociais e sindicais. Após quatro décadas de experimentações, diversos projetos denominados na época de alternativos ampliaram suas escalas socioprodutivas e geográficas. As coalizões sociais avançaram no sentido de envolver atores públicos e privados, além de constituir atores associativos com maior capacidade de negociação política e participação nos mercados. Embora ainda não exista um inventário nacional sistematizado dessas experiências, diferentes estudos têm evidenciado a presença

de iniciativas territorializadas de desenvolvimento rural sustentável em distintas regiões do país, envolvendo formas diversas de organização coletiva e construção social de mercados (Cazella et al., 2019; Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021; Tecchio et al., 2021; Froehlich; Roque, 2022). Esses casos mobilizam, invariavelmente, recursos territoriais específicos, porém sem que os atores sociais implicados reconheçam a complexidade e potencialidades desse conceito, de forma a aprimorar suas ações empíricas. Em muitos territórios rurais, os projetos desviantes e criativos de desenvolvimento territorial sustentável coexistem com as ações consideradas hegemônicas de desenvolvimento econômico (Gasselin et al., 2021).

Em alguns territórios rurais brasileiros, iniciativas inicialmente consideradas marginais ou alternativas passaram a constituir importantes mercados territorializados, articulando produtos, serviços, patrimônio cultural e recursos ambientais específicos. Estudos realizados em diferentes regiões de Santa Catarina evidenciam que agroindústrias familiares, serviços turísticos de base territorial e estratégias coletivas de valorização de produtos locais têm contribuído para a geração de renda, ocupações e fortalecimento das dinâmicas territoriais, ao mesmo tempo em que reforçam mecanismos de preservação ambiental e valorização cultural (Ramos et al., 2024; Ribeiro; Capellesso; Cazella, 2024; Capellesso; Ely; Wichert, 2026).

Este artigo tem por objetivo compreender as distintas facetas desse conceito, originalmente concebido para realidades socioeconômicas da Europa Ocidental, e avaliar sua pertinência para contextos territoriais diversos e marcados por profundas desigualdades sociais. Essa reflexão leva em conta, portanto, o propósito sócio-adaptativo tanto da comunidade acadêmica quanto de gestores públicos e atores territoriais implicados na concepção e implementação de ações de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil, em especial, em zonas rurais.

Do ponto de vista metodológico, o artigo possui caráter teórico-analítico e exploratório, articulando uma revisão bibliográfica especializada com resultados parciais de pesquisas empíricas realizadas em quatro territórios rurais brasileiros, localizados nos estados de Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Pará. A escolha dessas situações empíricas não obedeceu a critérios de representatividade estatística, mas à identificação de experiências que evidenciam processos de valorização de recursos territoriais específicos, construção de mercados territorializados e mobilização de formas de ação coletiva voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Os territórios selecionados apresentam significativa diversidade sociocultural, ambiental e institucional, permitindo explorar diferentes modos de ativação e especificação de recursos territoriais.

As pesquisas empíricas foram realizadas no âmbito de projetos interinstitucionais vinculados à Iniciativa Amazônia +10, envolvendo equipes de pesquisadores de distintas universidades brasileiras. Entre 2024 e 2025 foram promovidos seminários de trabalho, reuniões de planejamento metodológico, incursões exploratórias de campo, observações diretas e interlocuções com organizações territoriais, lideranças locais, produtores, prestadores de serviços e representantes de instituições públicas e associativas. Como estratégia de produção dos dados, foi construído coletivamente um roteiro de entrevista semiestruturada comum aos quatro territórios investigados. O instrumento contemplou questões relacionadas aos recursos territoriais mobilizados, formas de governança, dinâmicas

de cooperação, construção de mercados, patrimônios culturais e ambientais e perspectivas de desenvolvimento territorial sustentável. Inspirado em abordagens qualitativas de caráter relacional, o roteiro manteve suficiente flexibilidade para incorporar as especificidades históricas, socioculturais, institucionais e ambientais de cada contexto investigado, permitindo que categorias e temas emergentes fossem aprofundados durante o trabalho de campo.

A sistematização dos materiais empíricos envolveu a organização de registros de campo, entrevistas, documentos institucionais e informações secundárias produzidas nos territórios. O tratamento analítico foi orientado pelo referencial da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), especialmente por meio das categorias de proximidade social, especificação territorial, governança multiatores, construção social de mercados e valorização de recursos territoriais específicos.

Mais do que estabelecer comparações entre casos ou construir tipologias territoriais, a análise buscou identificar relações, convergências, tensões e singularidades presentes nas diferentes experiências investigadas. Nessa perspectiva, os territórios foram compreendidos como configurações socioespaciais singulares, resultantes de trajetórias históricas próprias e de distintas formas de articulação entre atores, recursos e instituições. O esforço interpretativo concentrou-se, portanto, na identificação de elementos capazes de contribuir para a reflexão sobre as possibilidades, limites e adaptações necessárias à mobilização da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais em realidades rurais brasileiras marcadas por elevada diversidade territorial.

Além desta introdução e das considerações finais, a primeira parte do artigo discute exemplos de territórios rurais franceses, cujas reflexões estão na origem do conceito de recurso territorial específico, para aprofundar, na segunda parte, as bases teóricas desse conceito. Uma terceira parte identifica potenciais recursos territoriais específicos presentes em quatro casos de territórios rurais brasileiros, nos quais se está conduzindo pesquisas sobre o tema.

2 Território rurais criativos: a construção social de recursos territoriais

A noção de territórios criativos aqui adotada tem por referência o estudo de Glon e Pecqueur (2016, p.12), para quem a imaginação, a criatividade, as trocas de experiências e as novas ideias fomentadas nesses territórios induzem a compreender a dupla faceta da proximidade territorial: uma de natureza geográfica, decorrente do fato dos atores sociais estarem próximos espacialmente, e outra de natureza social. “Um indivíduo pode estar próximo geograficamente de seu vizinho sem que isso gere trocas de ideias, reuniões, processos dinâmicos, iniciativas ou ações particulares”. A proximidade constitutiva do território é, portanto, simultaneamente geográfica e social, o que permite a concepção de ações coletivas de apropriação e valorização de recursos territoriais específicos.

Essa dupla proximidade está na base de um amplo leque de formas originais de organização social e de concepção de projetos de desenvolvimento territorial sustentável. Das primeiras formulações inspiradas nos distritos industriais aos estudos mais recentes sobre o tema percebe-se que as iniciativas não se restringem ao campo econômico no sentido clássico do termo. A organização de um festival de música ou outras formas de manifestações culturais, a mobilização de saberes e

sabores, a manutenção da qualidade de vida, a proteção do meio ambiente e da biodiversidade estão, com muita recorrência, no centro de dinâmicas territoriais inovadoras.

Ações dessa natureza não se limitam ao propósito mercadológico, pois engendram outras motivações da parte dos seus organizadores e mesmo dos visitantes. Essa conjunção de interesses mercantis e não mercantis configuram um sistema socioecológico de atores sociais alicerçado na tríade da proximidade social, inteligência coletiva e especificação de recursos territoriais (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022; Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). Na essência desse sistema encontra-se a dupla preocupação de equidade socioambiental. Um exemplo mobilizado pelos autores, que reforça a conjunção de motivações econômicas com as socioambientais, tem a ver com a Indicação Geográfica (IG) do queijo de Saint Nectaire de Auvergne¹. Criada em 1955, os produtores desse queijo assumiram novos desafios, a maioria com o objetivo de reforçar o respeito à tradição e à preservação ambiental. O milho e outros complementos alimentares transgênicos são proibidos e o pastoreio nos campos nativos são incentivados durante, pelo menos, 160 dias durante o ano. Por se tratar de uma região montanhosa, os animais são estabulados nos meses de inverno. A parceria com um Parque Natural Regional tem ampliado a notoriedade do produto e uma raça local encontra-se em processo de reabilitação.

A marca coletiva Prove Ardèche (*Goûtez l'Ardèche*), por sua vez, foi concebida em 1991, por iniciativa da Casa de Agricultura do Departamento de Ardèche, mas incorporou, com o passar do tempo, os segmentos de serviço e comércio no seu sistema de governança. A denominação da marca se inspirou em ações difusas que já ocorriam no território, a exemplo de cardápios de restaurantes e publicidades de produtores, que utilizavam o slogan *Goûtez l'Ardèche*. Ao longo do tempo, o poder público atuou no sentido de aperfeiçoar, dando maior densidade institucional à iniciativa. A marca consolidou mecanismos coletivos de governança e definição de padrões de qualidade territorial, envolvendo produtores, prestadores de serviços e consumidores na construção compartilhada de critérios de diferenciação dos produtos e serviços associados ao território.

A origem da marca está associada, também, a uma ação de desenvolvimento territorial sustentável promovida no Departamento em torno da revalorização da castanha, produzida naturalmente na região. O processo de retomada desse produto se deu no final dos anos 1980 e início dos 1990, depois de décadas de abandono. Essa iniciativa envolveu produtores, transformadores e proprietários de restaurantes, mas contou, também, com o apoio da equipe de profissionais do Parque Natural Regional *Monts d'Ardèche*, organização que iniciava suas atividades nessa mesma época (Peyrache-Gadeau; Perron; Janin, 2016).

Esses exemplos franceses de territórios rurais criativos permitiram a formulação, no início dos anos 2000, do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (Pecqueur, 2001). Esse enfoque contempla ações de

¹ Os produtos e serviços com IG são provenientes de áreas geográficas delimitadas, que possuem uma reputação de qualidade assegurada tanto por normas de produção quanto por práticas tradicionais. De inspiração europeia, a Lei nº 9.279 reconhece no Brasil uma IG como um bem coletivo de propriedade intelectual, passível de registro oficial pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

atores territoriais que valorizam de forma articulada produtos e serviços de qualidade diferenciada, incorporando o cenário do território, representado pelo patrimônio natural, histórico, arquitetônico e o saber-fazer tradicional. Esses atores fazem parte de diversas categorias socioprofissionais e, ao longo do tempo, um sistema de governança territorial vai sendo construído por multiatores, sejam eles funcionários públicos, produtores e prestadores de serviços privados ou formas associativas dessas duas categorias de atores (Cazella et al., 2019; 2020; Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021; Milano; Cazella, 2022; Froehlich; Roque, 2022; Capellesso et al., 2022).

O elemento motivador consiste em propiciar uma oferta heterogênea de produtos e serviços de qualidade territorial, com capacidade de gerar uma renda de qualidade territorial. Para Campagne (2016), uma renda no sentido dos economistas clássicos representa uma receita auferida sem a necessidade de trabalho suplementar. A renda de qualidade territorial é o resultado de duas modalidades de qualidade: a intrínseca dos produtos e serviços e a do território decorrente, em particular, dos seus atributos diferenciadores revelados e valorizados por iniciativas de multiatores. A concepção do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais foi precedida por reflexões sobre procedimentos de especificação de recursos territoriais, que se tornou um conceito fundante desse enfoque.

Mais do que modelos replicáveis, a valorização de recursos territoriais específicos depende da construção histórica de proximidades sociais, da coordenação entre múltiplos atores e da capacidade de territorialização de ativos culturais, ambientais e produtivos. Tais elementos fornecem referências analíticas importantes para refletir sobre contextos rurais brasileiros marcados por forte heterogeneidade socioespacial.

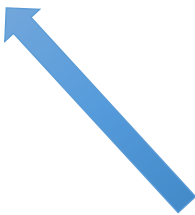
3 A valorização de recursos territoriais específicos: a desejável coalizão de multiatores

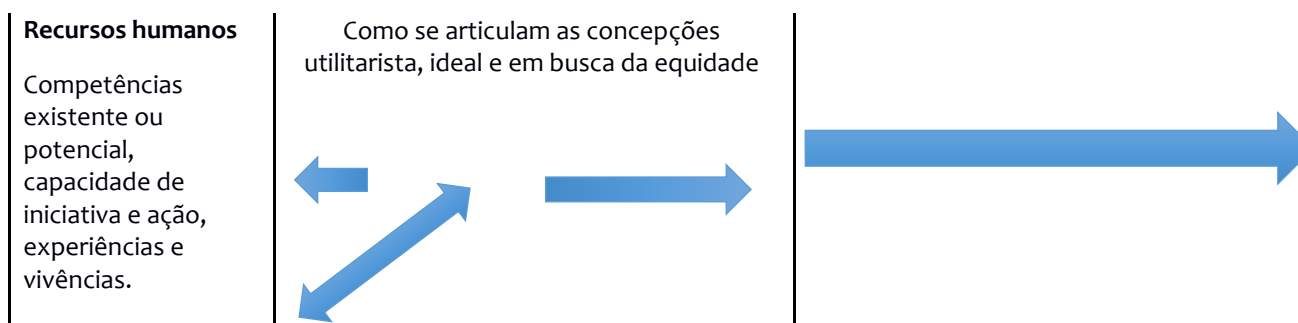
O Quadro I, a seguir, faz uma síntese de mais de duas décadas de pesquisas empíricas e debates teóricos, iniciadas com o estudo pioneiro de Colletis e Pecqueur (1993) sobre o que se denomina, na atualidade, de recursos territoriais específicos. Esse tipo de recurso não se limita ao campo produtivo, pois incorpora dimensões socioculturais, ambientais, patrimoniais e simbólicas dos territórios. Embora a racionalidade mercantil frequentemente predomine nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento, ela não contempla a diversidade de iniciativas territorializadas observadas em diferentes contextos (Gumuchian; Pecqueur, 2007; Glon; Pecqueur, 2016; Cazella et al., 2019; Tecchio et al., 2021). Essa perspectiva dialoga com interpretações latino-americanas do território que enfatizam sua dimensão socialmente construída, relacional e marcada por assimetrias históricas de poder (Santos, 2000; Haesbaert, 2004).

Os três tipos de recursos considerados nesta análise – materiais, imateriais e humanos – são discutidos segundo as concepções utilitarista, ideal e de equidade, as quais possuem, respectivamente, modos distintos de valorização: exploração, ativação e especificação. Os recursos materiais têm uma objetivação espacial facilmente perceptível em comparação aos recursos imateriais. Na visão utilitarista, as motivações mercantis predominam e os recursos materiais representam o lócus

prioritário das estratégias de ação. Nessa visão, a exploração corresponde à modalidade mais recorrente de valorizar os recursos e, por consequência, ao modo mais superficial. Dessa forma, se tem uma valorização parcial da coleção de recursos territoriais, priorizando as relações econômicas sem maiores espaços de negociações ou de adoção de medidas relacionadas às externalidades negativas desse tipo de valorização em relação ao ambiente e ao tecido social do território.

Quadro I: Da desigual valorização de recursos à sua especificação territorial

Tipos de recursos	Sócio-sistemas (Intenções e suas expressões)					
	Concepção			Modos de valorização dos recursos		
	Utilitarismo	Ideal	Equidade	Exploração	Ativação	Especificação
	Visão estritamente mercantil	Papel chave do imaginário, memória, espiritual e representações simbólicas	Busca de justiça social e ambiental	Valorização parcial dos recursos numa visão mercantil e sem negociação de efeitos induzidos	Etapa intermediária	Valorização global e específica de recursos com emergência de especificidades territoriais
Recursos materiais Objetivado no espaço Ex. Floresta, uma empresa, uma paisagem	 Concepção dos recursos			Da iniciativa mais superficial (exploração) à mais avançada (especificação) A especificação pode se apoiar sobre todos ou parte dos recursos numa ótica econômica e mercantil ou em parte mercantil (Ex. dos Sistemas Produtivos Locais) A especificação pode também negligenciar o que é estritamente econômico e mercantil, priorizando o ambiente, o patrimônio e a sociabilidade		
Recursos imateriais Objetivação menos perceptível ou mais difícil de ser percebida. Ex. informação, ar, paisagem, conhecimento, cultura, pesquisa.						



Fonte: Glon e Pecqueur (2016), tradução livre dos autores.

A concepção ideal, por sua vez, corresponde a uma esfera intermediária entre os dois extremos (utilitarismo e equidade) e está associada aos recursos humanos de cada território e suas formas coletivas de conceber os recursos e de ativá-los, em especial os de natureza imaterial. “A beleza de uma paisagem florestal, de um complexo de montanhas, o ar na beira mar carregado de iodo e na floresta pela manhã impregnado de odores de húmus correspondem à concepção ideal de recursos” (Glon; Pecqueur, 2016, p.20). Nessa concepção, o imaginário, a memória histórica, o espiritual e as representações simbólicas ganham sentido e proeminência, atuando como contraponto ao utilitarismo exacerbado.

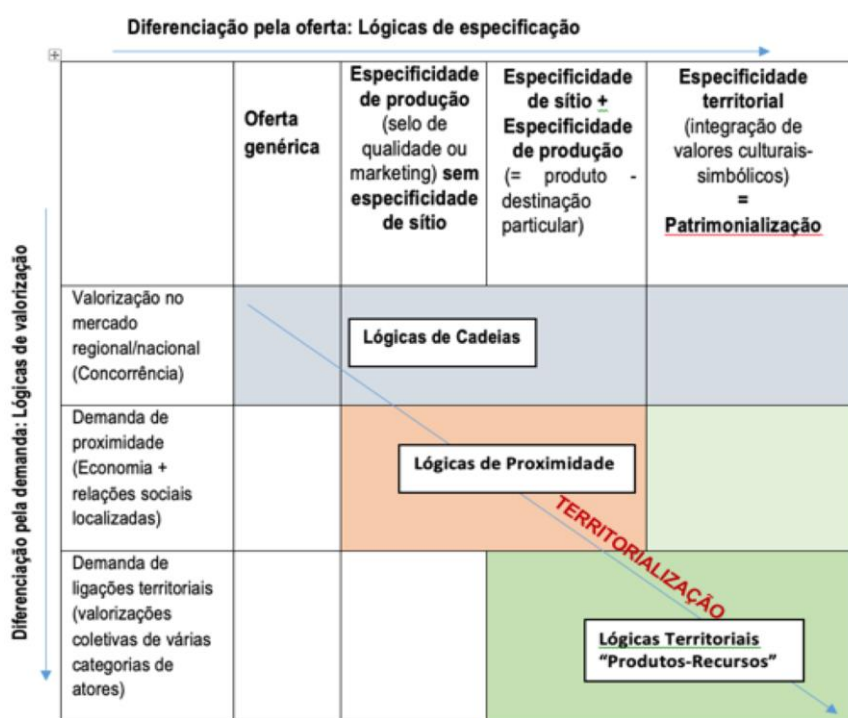
Na terceira concepção, a ativação de recursos territoriais específicos ocorre a partir de ações que buscam maior equidade. Ao integrar elementos voltados à inclusão sociocultural e redução das desigualdades sociais, bem como a proteção ambiental em sentido mais amplo, essa concepção corresponde a uma forma mais distributiva e equitável. Assim, a especificação de recursos territoriais representa uma modalidade mais complexa de valorização territorial, ao articular dimensões econômicas, socioculturais, ambientais e patrimoniais. Nessa perspectiva, processos de especificação tendem a envolver formas mais densas de coordenação social, construção coletiva de sentidos e mecanismos territorializados de governança. Processos de especificação territorial não ocorrem de forma linear nem consensual, envolvendo frequentemente disputas sobre usos legítimos dos recursos, formas de representação territorial e distribuição dos benefícios gerados.

Essa análise reafirma a compreensão de que os territórios constituem conformações sociais complexas e heterogêneas, nas quais coexistem distintas racionalidades, interesses e formas de apropriação dos recursos. As dinâmicas territoriais são atravessadas por relações de cooperação, mas também por conflitos, disputas institucionais e desigualdades socioespaciais que condicionam as possibilidades de valorização territorial. Nesse sentido, processos de crise, transformação econômica e reconfiguração institucional tendem a produzir adaptações nas formas de governança, nas representações sociopolíticas e nas estratégias coletivas de desenvolvimento. A maior ou menor criatividade territorial está associada à capacidade de coletivos de atores em formular novas ideias, construir processos de aprendizagem coletiva e estabelecer interações com atores diversos, que permitam conceber iniciativas inéditas de especificação e valorização dos recursos territoriais. As capacidades dos recursos humanos em propiciar novas competências a partir de experiências passadas e iniciativas contemporâneas de coalizões de atores territoriais são profundamente diferenciadas.

A Figura 1 concebida por Perron e Janin (2020) auxilia a compreender as formas de diferenciação de recursos, a partir das lógicas de especificação e de

valorização. A diferenciação pela oferta apresenta um gradiente de especificação que vai da oferta de produtos genéricos, sem atributos ou diferenciais de especificação, à oferta de produtos com notória qualidade associada às características específicas do território. Nessa última situação, a mobilização de valores culturais e simbólicos se faz presente e se soma à qualidade intrínseca dos produtos. No intervalo dessas duas situações extremas (oferta genérica e especificidade territorial) tem-se um gradiente de formas de especificação associadas, com frequência, à utilização de selos de qualidade e de iniciativas de *marketing* de sistemas produtivos diferenciados, sem que vínculos explícitos ao território sejam incorporados. A vinculação dos sistemas produtivos a sítios ou locais onde se dá a produção ocorre de forma desprovida de valores culturais e simbólicos.

Figura 1: Caracterização dos recursos: diferenciação pela oferta e demanda



Fonte: Perron e Janin (2020), tradução livre dos autores.

Já a diferenciação pela demanda apresenta três modalidades de valorização, segundo as relações existentes entre os produtos e serviços com o espaço. Esse tipo de diferenciação tem em um extremo a demanda indiferenciada do mercado regional ou nacional e no outro uma demanda com fortes vínculos territoriais. Entre esses dois polos encontra-se uma demanda de proximidade, que incorpora elementos associados à economia local e relações sociais localizadas. A demanda de proximidade inclui relações de interconhecimento entre produtores e consumidores, com acentuada informalidade na comercialização, em especial, de produtos alimentares.

A última linha da Figura 1 incorpora, por sua vez, uma relação de maior proximidade entre produtores ou prestadores de serviços e consumidores, obtida enquanto o resultado de uma construção social, que conta com a participação de "produtores" de recursos. No caso alimentar, esses produtores não se restringem à

categoria socioprofissional dos agricultores. Tem-se aqui uma diversidade de outros atores ligados a atividades econômicas, associativas, públicas e socioculturais. Segundo Perron e Janin (2020, p.113), a linha diagonal desse quadro “reflete uma lógica de territorialização considerada aqui como a construção coletiva de atores engajados em uma valorização territorial dos recursos”. Para um mesmo produto pode-se adotar formas diferentes de valorização, que vão desde a integração ao mercado nacional ou mesmo internacional, passando também por iniciativas territorializadas. Esse é o caso da Castanha d’Ardèche, comercializada em canais nacionais e internacionais, mas também no mercado territorial. Nesses casos, os vínculos com atividades culturais, gastronômicas e turísticas do território são diversificados e imprescindíveis.

No contexto brasileiro, tais processos de territorialização ocorrem de forma profundamente desigual, condicionados por assimetrias de infraestrutura, acesso a políticas públicas, capacidades organizativas e distintas formas históricas de inserção dos territórios nos mercados. Essa heterogeneidade reforça a importância de compreender as experiências territoriais não como modelos replicáveis, mas como construções sociais situadas.

4 Estudos de casos no Brasil sobre a Cesta de bens e serviços territoriais: inventários de recursos territoriais específicos

A adaptação da abordagem da CBST às realidades brasileiras exige considerar as profundas desigualdades socioespaciais e a heterogeneidade das territorialidades existentes no país. Nesse sentido, o debate dialoga com contribuições do campo do desenvolvimento regional e dos estudos territoriais latino-americanos, especialmente aquelas relacionadas à multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), ao uso desigual do território (Santos, 2000), às dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural (Favareto, 2007) e às formas de governança territorial. Nesta última parte do artigo, a pretensão consiste em refletir se no emaranhado da diversidade territorial não se pode vislumbrar aprendizados teóricos e empíricos, que sirvam de inspiração para atores de outros territórios, não sem passar por dinâmicas adaptativas. A razão principal em realizar esta reflexão está associada à implementação de um projeto de pesquisa financiado pela Iniciativa Amazonas +10 do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

Neste caso específico, a equipe é composta por pesquisadores do Pará, Maranhão, Paraná e Santa Catarina, evidenciando, portanto, a existência de profundas diferenças, em várias dimensões (socioeconômicas, ambientais e culturais), entre os estados do Sul e do Norte do país. Desde a fase de elaboração do projeto de pesquisa se teve presente a compreensão de que as iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável existentes nos territórios de pesquisa dos estados do Sul, embora mais alinhados ao enfoque teórico da CBST, não seriam tomadas enquanto modelos passíveis de serem implementados nas realidades amazônicas. Além das diferenças ambientais e produtivas, os territórios amazônicos apresentam especificidades históricas relacionadas às formas de ocupação do espaço, à presença de populações tradicionais, às limitações infraestruturais e às distintas capacidades institucionais dos atores locais. Tais características impõem desafios próprios aos processos de valorização territorial dos recursos e à construção de estratégias coletivas de desenvolvimento.

Além disso, muitos dos territórios investigados podem ser compreendidos como territorialidades periféricas, caracterizadas por limitações de infraestrutura, reduzida densidade institucional, dificuldades de acesso a mercados e forte dependência de políticas públicas. Nessas situações, a valorização de recursos territoriais específicos não depende exclusivamente de iniciativas econômicas, mas também da capacidade de articulação entre organizações locais, movimentos sociais, instituições públicas e redes de cooperação multiescalares.

Esse enfoque foi adotado no projeto com a perspectiva de avaliar a sua pertinência teórica e prática para as distintas realidades brasileiras. O propósito adaptativo já integrava os objetivos de pesquisas anteriores. O estudo de Cazella et al. (2020) representa um primeiro esforço analítico nessa direção ao apontar cinco aspectos da abordagem da CBST que necessitam ser repensados para melhor adequá-la às condições socioeconômicas, ambientais e institucionais brasileiras:

i) incluir na análise atores territoriais que não integram as principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas agropecuárias, inclusive daquelas alicerçadas em sistemas produtivos sustentáveis e em circuitos curtos de comercialização;

ii) discutir a obtenção da Renda de Qualidade Territorial descolada do pressuposto de que essa renda decorre do consentimento do consumidor em pagar mais pelos produtos e serviços diferenciados, de forma a incluir no modelo de análise as diferentes categorias sociais de consumidores dos territórios;

iii) abordar a sustentabilidade ambiental sem desconsiderar práticas tradicionais incompatíveis com os desafios atuais impostos pelas mudanças climáticas. “Por vezes, determinados manejos, mesmo que tradicionais, jogam contra a melhoria do cenário [da CBST] e exigem esforços de convencimento sobre a conveniência de atores locais alterarem comportamentos, tradições e procedimentos técnicos construídos ao longo do tempo” (p.202);

iv) conceber sistemas de governança territorial plurais, que contemplem atores diversos, a partir de coalizões sociais amplas, de forma a melhor enfrentar o desafio da inclusão social;

v) conceber programas de formação de atores territoriais na arte de inventariar e valorizar recursos territoriais específicos.

Esses procedimentos adaptativos decorrem do reconhecimento de que os processos de desenvolvimento territorial sustentável ocorrem em contextos marcados por profundas desigualdades regionais e socioespaciais. Conforme argumenta Santos (2000), o território é apropriado e utilizado de forma desigual pelos diferentes grupos sociais, produzindo oportunidades assimétricas de acesso aos recursos econômicos, políticos e simbólicos. Os processos de valorização territorial também são atravessados por tensões entre diferentes racionalidades de ação. Em diversos contextos brasileiros, iniciativas voltadas à geração de renda e inserção mercantil convivem com demandas de conservação ambiental, defesa de patrimônios culturais e afirmação de identidades coletivas. Tais tensões não são compreendidas como obstáculos externos ao desenvolvimento territorial sustentável, mas como elementos constitutivos das dinâmicas de especificação dos recursos territoriais. Nessa perspectiva, a adaptação da abordagem da CBST às realidades brasileiras exige considerar não apenas a disponibilidade de recursos territoriais, mas também as relações de poder, os mecanismos de exclusão e as

capacidades diferenciadas de ação coletiva que condicionam sua apropriação, valorização e reprodução.

A partir dessa compreensão, apresentam-se, na sequência, elementos considerados relevantes dos quatro territórios que compõem o universo empírico da pesquisa, procurando evidenciar suas particularidades históricas, socioculturais e institucionais, bem como as iniciativas coletivas com potencial de incidir sobre a valorização de recursos territoriais específicos. Vale mencionar que as situações empíricas apresentadas a seguir não têm a pretensão de constituir estudos de caso exaustivos. Seu papel consiste em mobilizar evidências produzidas em diferentes contextos rurais brasileiros para discutir a capacidade explicativa e os limites adaptativos da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

O território da Cooperativa de Crédito Seara, na região Oeste de Santa Catarina

Desde a década de 1980, famílias agricultoras excluídas dos sistemas hegemônicos de integração com grandes agroindústrias de carnes e leite iniciaram ações sociopolíticas para conceber projetos de desenvolvimento rural sustentável. Em 1989, foi constituída a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica. O propósito consistiu em apoiar projetos produtivos conduzidos por grupos de famílias de agricultores. No início dos anos 1990, a busca de ações que fortalecessem distintas formas de cooperação incidiu sobre a organização de cooperativas de crédito rural. Essa iniciativa está na base da concepção de um sistema nacional de cooperativismo de crédito autodenominado de solidário. A Cooperativa de Crédito Seara (Crediseara), constituída em 1994, conta atualmente com mais de 6.000 associados, sendo a maioria integrantes de famílias agricultoras. Essa organização atua de forma mais intensa em seis municípios rurais, que somam cerca de 38 mil habitantes. Em 2008, teve-se a criação de um fórum que articula dezenove organizações, ligadas a projetos socioprodutivos e culturais da agricultura familiar, com destaque para as cooperativas descentralizadas que não integram a Organização das Cooperativas do Brasil, coletivos de agroindústrias familiares, associação de venda direta ao consumidor, certificação participativa da agricultura orgânica, casa familiar rural e grupos com vocações diversas (produção de queijo de leite cru, fitoterapia, artesanato e rotas turísticas, dentre outros). A participação de mulheres agricultoras na gestão dessas iniciativas é notória, sendo que na atualidade a Crediseara é presidida por uma mulher agricultora.

A trajetória organizativa do território evidencia que os processos de desenvolvimento territorial não decorrem apenas da existência de recursos produtivos diferenciados, mas da construção histórica de capacidades coletivas e de instituições capazes de coordenar ações entre diferentes atores locais. A constituição da Apaco, da Crediseara e, posteriormente, do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar demonstra a relevância da ação coletiva e da densidade institucional na valorização de recursos territoriais específicos. Sob a ótica da CBST, esse percurso revela que a especificação dos recursos territoriais resulta menos de atributos intrínsecos dos produtos e mais da capacidade dos atores de mobilizar conhecimentos, relações de confiança e mecanismos de cooperação territorial.

Alguns resultados de pesquisas anteriores, realizadas em outros territórios rurais a partir do enfoque da Cesta, revelaram a centralidade das agroindústrias

familiares na valorização de recursos territoriais específicos tangíveis e intangíveis (Cazella et al., 2019; Tecchio et al., 2022; Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022; Ribeiro; Capellesso; Cazella, 2024). Um inventário dessas agroindústrias no território da base de atuação da Crediseara identificou a existência de 45 unidades, que atuam, principalmente, em canais de comercialização formais, e o mesmo número de unidades familiares de processamento consideradas informais (Cazella et al., 2024)². O número expressivo de agroindústrias formais se deve a um amplo trabalho de constituição de sistemas territoriais de vigilância sanitária, sendo que parte dessas agroindústrias familiares utilizam marcas coletivas, a exemplo da Sabor Colonial, criada em 2000 pela Apaco (Tecchio et al., 2025). Outra iniciativa é o turismo rural de base comunitária, que começou a ser implementada há pouco tempo no território.

A experiência ilustra um dos aspectos centrais da abordagem da CBST: a articulação entre recursos tangíveis e intangíveis na construção da qualidade territorial. As agroindústrias familiares, as marcas coletivas, os sistemas territoriais de vigilância sanitária e as iniciativas emergentes de turismo rural expressam um processo de valorização que combina atributos materiais dos produtos com recursos imateriais, como identidade territorial, confiança, reputação e saberes locais. Tais iniciativas demonstram que a geração de valor territorial depende da capacidade de coordenação entre organizações e não apenas da diferenciação dos produtos ofertados.

Apesar da expressiva capacidade organizativa construída ao longo das últimas décadas, o território também evidencia alguns dos limites apontados nas adaptações da abordagem da CBST para a realidade brasileira. O Fórum de Entidades da Agricultura Familiar pode ser compreendido como um embrião de sistema de governança territorial, porém sua composição permanece restrita a organizações vinculadas à agricultura familiar. A inexistência de participação de integrantes da terra indígena existente no território, bem como de trabalhadores urbanos e imigrantes empregados nas grandes agroindústrias de carnes, sugere que os processos de valorização territorial ainda enfrentam desafios relacionados à ampliação da inclusão social e à construção de coalizões plurais. Nesse sentido, este estudo de caso demonstra simultaneamente o potencial da ação coletiva para a valorização dos recursos territoriais e a necessidade permanente de ampliar os mecanismos de governança para incorporar a diversidade social presente no território.

Arquipélago do Marajó – Pará

O maior arquipélago flúvio-marinho do planeta abriga cerca de 564 mil habitantes, distribuídos em dezesseis municípios, dos quais doze integram a Área de Proteção Ambiental do Marajó (APA Marajó). Entre esses municípios, destaca-se Salvaterra, pelos seus expressivos atrativos naturais, como praias, ilhas e rios navegáveis. Desse cenário de diversidade sociocultural fazem parte dezoito comunidades quilombolas localizadas em Salvaterra, que representam

² Esse levantamento considerou somente as unidades que possuíam locais específicos para processar alimentos, não incluindo as transformações para fins comerciais realizadas nas cozinhas residenciais.

aproximadamente 30,8% da população local (IBGE, 2023)³. Essas comunidades estão inseridas em distintos contextos sociopolíticos, muitas delas enfrentando diretamente manifestações do neocolonialismo contemporâneo. Esse fenômeno se expressa por meio de projetos e articulações que buscam exercer domínio econômico, político e cultural sobre os territórios quilombolas, por meio da implantação de rodovias, fazendas de arroz e criação de búfalos (Dias, 2024).

A situação observada em Salvaterra evidencia que os processos de valorização de recursos territoriais não ocorrem em contextos neutros. Ao contrário, a disputa entre projetos territoriais distintos — de um lado, aqueles associados ao agronegócio, à expansão da infraestrutura e ao turismo convencional; de outro, as estratégias de reprodução social das comunidades quilombolas — demonstra que a especificação de recursos territoriais está profundamente associada a relações de poder. Nesse sentido, os recursos territoriais não constituem apenas ativos econômicos potenciais, mas também objetos de disputa política e simbólica acerca dos usos legítimos do território.

A produção bubalina, presente na região desde o século XVIII, é historicamente uma atividade de interesse econômico. Nas últimas décadas, a instalação de novos empreendimentos agropecuários, com incentivos fiscais das esferas municipal, estadual e federal, tem sido promovida com o objetivo de melhorar os indicadores socioeconômicos de uma região que apresenta índices abaixo da média nacional. Entre os empreendimentos recentes, destacam-se as grandes fazendas de arroz e os esforços para consolidar o Marajó como um destino turístico nacional. Esses empreendimentos provocam transformações profundas no território, com o aumento da circulação de pessoas de fora da região, muitas vezes sem vínculo ou compreensão das realidades locais. Para viabilizar o escoamento da produção agrícola e o trânsito de turistas, projetos de infraestrutura foram implementados, alterando a dinâmica socioterritorial da região (Souza Meirelles Filho, 2014).

Desde o século XVIII, as comunidades quilombolas de Salvaterra têm vivenciado processos de ocupação e expropriação, com fazendeiros desrespeitando seus territórios, restringindo o acesso a recursos naturais e erguendo cercas que limitam o uso da terra. Em resposta, esses grupos têm concebido estratégias de resistência e reinvenção dos modos de vida, promovendo transformações nos usos da terra, na geração de renda e na organização comunitária (Costa, 2025). Essas transformações abrangem desde a reorganização espacial das atividades produtivas às práticas culturais, como danças, festas e expressões próprias da identidade quilombola. A partir de suas perspectivas internas, as comunidades têm buscado afirmar seu protagonismo, tanto nos seus territórios quanto no contexto municipal. Entre as diversas frentes de atuação quilombola, destacam-se a mobilização por titulação coletiva, intensificada a partir da primeira década do século XXI; a formação de alianças internas e externas, envolvendo organizações não governamentais; a criação de associações de moradores; e até mesmo a candidatura de membros das comunidades a cargos públicos.

³ Atualmente, são reconhecidas as comunidades quilombolas de Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Boca da Mata, Caldeirão, Cururu, Deus me Ajude, Mangueiras, Paixão, Passagem Grande, Pau Furado, Providência, Rosário, Santa Luzia, Salvar, São Benedito, Siricari e Vila União/Campinas.

A produção de queijos de búfala continua sendo uma referência simbólica e econômica relevante, representando um recurso territorial específico que impulsiona a reprodução socioeconômica de diversas famílias. Apesar dos entraves impostos por normas sanitárias, ambientais e fiscais, os queijos e derivados do leite de búfala são altamente valorizados pelos consumidores (Valente da Cruz et al., 2020). A criação de uma Indicação Geográfica para esse tipo de queijo evidencia, no entanto, o protagonismo de grandes estabelecimentos agropecuários, mesmo que a produção cotidiana dependa diretamente dos saberes e técnicas de mestres queijeiros quilombolas, os quais não estão envolvidos nas discussões e tomadas de decisão acerca da IG (Medeiros; Martins de Souza; Nelson, 2026).

Este caso revela uma tensão e dissociação entre aqueles que detêm os conhecimentos responsáveis pela especificidade do produto e os que controlam os mecanismos institucionais de reconhecimento, certificação e apropriação do valor gerado. Embora os conhecimentos quilombolas sejam centrais para a qualidade, reputação e singularidade do queijo marajoara, sua participação nos espaços de governança associados à IG permanece limitada. Tal situação sugere que a construção de recursos territoriais específicos, por si só, não garante processos de valorização territorial socialmente inclusivos. Ao contrário, evidencia que os benefícios econômicos, simbólicos e políticos decorrentes da especificação dos recursos podem ser apropriados de forma desigual, reproduzindo assimetrias históricas presentes no território.

Os conhecimentos dos mestres queijeiros, em especial os da comunidade de São Benedito, constituem um patrimônio imaterial fundamental para a manutenção da qualidade e da identidade do queijo produzido na região. Transmitidos entre gerações, esses saberes estruturam práticas artesanais que conferem singularidade ao produto e sustentam parte importante de sua reputação junto aos consumidores. Sob a perspectiva da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, trata-se de um recurso territorial específico de natureza imaterial, cuja reprodução depende da continuidade das práticas culturais e das redes sociais locais. Paradoxalmente, mesmo diante de sua contribuição decisiva para a construção da notoriedade do queijo marajoara, os mestres queijeiros — em sua maioria trabalhadores assalariados — ocupam posições periféricas nos processos de decisão relacionados à sua valorização econômica e institucional.

É nesse contexto de desenvolvimento de projetos neocoloniais — caracterizados pela implementação de grandes empreendimentos, pela expansão do agronegócio e pela reconfiguração do uso da terra de forma alheia às dinâmicas locais — que duas organizações essencialmente femininas foram estruturadas: o Grupo Mulheres Sementes do Quilombo e o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ). Essas iniciativas buscam reafirmar a importância das culturas quilombolas, promover a geração de renda e garantir o direito ao território, articulando estratégias para lidar com as transformações econômicas e territoriais que afetam as comunidades de Salvaterra. Além disso, essas organizações se desdobram em diversas atividades culturais, econômicas e educacionais, como resultado da articulação interna dentro dos territórios. Esses movimentos emergem de processos contínuos de organização coletiva, que buscam preservar e fortalecer a identidade quilombola por meio de iniciativas diversificadas. Nesse cenário, o grupo Mulheres Sementes do Quilombo e o NARQ se destacam como articuladores centrais dessas

dinâmicas, promovendo outras formas de ação comunitária e contribuindo para o fortalecimento das práticas tradicionais, a geração de renda e a garantia de direitos territoriais (Costa, 2025; Lopes, 2024).

O grupo Mulheres Sementes do Quilombo, com atuação enraizada na comunidade de Mangueiras, dedica-se à produção e comercialização de vestuário que incorpora traços e cores associados à identidade negra e marajoara, por meio de seu ateliê artesanal. Para além dessa atividade econômica, o grupo lidera dois importantes coletivos culturais: o “Meninas de Mangueiras”, grupo de carimbó formado por mulheres adultas e idosas, e um grupo de dança voltado para jovens da comunidade. Recentemente, também estruturaram e passaram a gerir uma biblioteca comunitária no território, ampliando seu alcance no campo educacional e cultural (Costa, 2025).

O NARQ, por sua vez, é composto por jovens mulheres quilombolas da comunidade de Vila União/Campinas. O núcleo atua na valorização e preservação das práticas e saberes tradicionais, com especial atenção à juventude e ao fortalecimento da economia local. Entre suas principais ações está a Feira Quilombola, que reúne mulheres agricultoras e artesãs, promovendo a circulação de produtos agroalimentares e fortalecendo as redes de solidariedade econômica. O projeto “Quilombrincando” coordenado pelo NARQ está voltado às crianças da comunidade, com atividades educativas que promovem o vínculo com a ancestralidade e a transmissão intergeracional de saberes e valores culturais (Lopes, 2024).

Os Jogos Quilombolas, por sua vez, são realizados anualmente durante a semana da Consciência Negra, em novembro. Trata-se de um momento de celebração da resistência, valorização da cultura e mobilização comunitária, com atividades esportivas e culturais que fortalecem os laços entre comunidades. Nessa semana são realizadas apresentações culturais, como dança, música e carimbó, complementadas com modalidades esportivas como futebol, voleibol, cabo de guerra, corrida rústica e a tradicional luta quilombola, também conhecida como luta marajoara. Os Jogos Quilombolas representam uma forma coletiva de superação frente às expropriações históricas e contemporâneas enfrentadas pelas comunidades Quilombolas. Reafirmam o pertencimento, a ancestralidade e a força dos laços culturais como formas legítimas de resistência.

Território de Campos e Lagos – Maranhão

Esse território compreende uma grande planície inundável por onde passam os cursos dos rios Mearim, Pindaré, Grajaú e Pericumã, cujas águas alagam os campos naturais durante o período das chuvas. Quando as águas baixam tem-se a formação de lagos que permanecem durante boa parte do ano. O território localiza-se na Baixada Ocidental Maranhense e é constituído por doze municípios, que abrigam 326.069 mil habitantes (IBGE, 2023)⁴. Costa Neto et al. (2014) apontam cinco ações que vêm causando impactos nos Campos e Lagos, a partir do final do século XX: 1) a bubalinocultura extensiva e predatória; 2) projetos de irrigação nas proximidades das

⁴ A Baixada foi decretada Área de Proteção Ambiental em 1991 e reconhecida em 2000 como sítio Ramsar, tendo por base a Convenção de Ramsar (cidade iraniana, onde foi assinada em 1971), que reconhece a importância internacional de zonas húmidas, em especial no que tange o habitat de aves aquáticas.

margens dos rios e campos, com uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos; 3) pesca predatória; 4) dragagens e barragens sem estudos de impactos ambientais; 5) introdução de espécies exóticas.

Historicamente, o poder público priorizou outras regiões do estado, pois os Campos e Lagos não se adequam aos propósitos do agronegócio e das grandes indústrias. Nas últimas décadas, no entanto, o território passou a abrigar projetos privados ligados à agropecuária convencional e produtivista, gerando inúmeros conflitos socioambientais (Ferreira; Farias Filho; Ferreira, 2023). A economia local é dependente da agricultura familiar, extrativismo do babaçu, da pesca artesanal e de pequenos comércios e serviços públicos nas áreas urbanas, sendo a população rural (56,5%) maior do que a urbana (43,5%). O território é tradicionalmente ocupado por comunidades quilombolas, ribeirinhas e de quebradeiras de coco de babaçu, que se mobilizam em suas diversas organizações, como as colônias de pescadores e sindicatos. O único grupo indígena são os Gamelas, dado como extinto no início do século XX, mas que, a partir de 2014, os descendentes dessa etnia se reorganizaram em algumas comunidades, sendo as principais Taquaritiua, no município de Viana, e Capivari, em Penalva.

A relativa marginalização do território frente às estratégias convencionais de modernização agrícola contribuiu para a preservação de um conjunto expressivo de recursos territoriais específicos associados aos modos de vida das comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e de quebradeiras de coco babaçu. Diferentemente de regiões marcadas pela homogeneização produtiva do agronegócio, o território dos Campos e Lagos manteve uma diversidade de práticas produtivas, conhecimentos ecológicos e formas de organização social que constituem importantes bases para processos futuros de especificação territorial.

O ecossistema único dos lagos e campos em áreas baixas inundáveis circundadas por florestas de babaçuais em áreas mais altas permitiram a instalação de fazendas de produção de arroz a partir do século XVIII e com elas a chegada de grupos de negros africanos. A clássica interação dos indígenas originários, com os portugueses e os africanos, aliada às condições ambientais específicas, gerou nesse território uma população que se autodenomina “baixadeira” e que estabeleceu uma cultura muito própria. Os grupos sociais presentes promoveram ao longo do tempo um expressivo número de manifestações culturais, que acontecem em todos os finais de semana ao longo do ano.

Mais do que uma identidade cultural, a condição “baixadeira” expressa uma relação histórica de coevolução sociedade-ambiente, na qual as práticas produtivas, alimentares, festivas e organizativas foram moldadas pela dinâmica sazonal das águas. Nessa perspectiva, os campos inundáveis, os lagos, os babaçuais e os conhecimentos locais não constituem recursos isolados, mas elementos interdependentes de um sistema territorial que confere singularidade ao território e potencial para processos de valorização territorial ancorados na especificidade.

As belezas naturais aliadas às manifestações culturais e às festividades gerou um ambiente territorial que estabelece uma grande circulação de pessoas e de recursos pouco conhecidos e mapeados (Everton, 2025; Martins, 2023). Esses recursos territoriais específicos imateriais se fortalecem em alguns períodos do ano, a exemplo de quando acontecem as chuvas no primeiro semestre e os lagos enchem, criando espaços de visitação, de banho e de passeio pelos lagos. Algumas rotas de

turismo foram criadas, mas ainda carecem de uma melhor estruturação e governança, considerando a aleatoriedade das atividades, para alcançar a condição de turismo de base comunitária.

Um evento que ilustra bem os recursos culturais já ativados, mas ainda com menos visibilidade do que representa para todo o conjunto do território, é o Encontro de Boiadas⁵, que acontece no município de Matinha. Esse evento reúne no dia 26 de junho durante toda a noite e até o amanhecer do dia seguinte, todos os conjuntos de boiada desse município e de municípios vizinhos. Em 2024, dezoito grupos se apresentaram no espaço de eventos na área central da sede do município. A cada ano, o Encontro tem atraído mais pessoas e isso já induziu outros municípios a repetir o evento em datas do período dos festejos juninos. Esses são os casos dos municípios de Viana e Vitória do Mearim.

Além dessas manifestações culturais e festivas, os subprodutos do babaçu, como azeite, óleo, farinha de mesocarpo, sabonete e biscoitos, méis de abelhas *apis*, pescados dos lagos e rios, melancia cultivada em vazantes e queijo produzido a partir de leite de búfalas são produtos existentes no território com potencial para serem valorizados por coletivos de atores sociais. Observa-se, entretanto, que a existência de recursos territoriais diferenciados não é suficiente para desencadear processos de desenvolvimento territorial sustentável. A ausência de mecanismos estáveis de coordenação coletiva, de estratégias compartilhadas de valorização e de espaços de governança multiatores limita a transformação desses recursos em ativos territorialmente reconhecidos. Trata-se de um exemplo típico da diferença entre a mera existência de recursos e sua efetiva ativação e especificação, conforme discutido pela abordagem da CBST.

O território da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (Amusep) – Paraná

Estudos de longa data sobre as cadeias de valor no setor agropecuário de base familiar se tornam promissores para a pesquisa colaborativa entre organizações territoriais da área de abrangência da Amusep e a Universidade Estadual de Maringá. A participação da Universidade se alinha à Unidade Mista de Desenvolvimento Territorial (UMDT), iniciativa inovadora com foco na governança compartilhada entre atores públicos, da academia, da extensão e de organizações territoriais da sociedade civil, tais como coletivos de produtores rurais, com o propósito de promover o desenvolvimento territorial sustentável. A Amusep envolve trinta municípios, nos quais vivem mais de 865 mil habitantes, cerca de 8% da população paranaense (IBGE, 2023). O projeto da UMDT tem em seus eixos de ação a valorização da agricultura familiar e produtos do território. Sob a perspectiva da CBST, a UMDT pode ser interpretada como um espaço institucional de construção de proximidades organizacionais e de articulação entre atores que tradicionalmente operam de forma fragmentada. Sua relevância não decorre apenas da execução de projetos, mas da capacidade de favorecer processos de coordenação territorial voltados à identificação e valorização de recursos específicos.

⁵ No território Campos e Lagos, o bumba-meu-boi, folclore característico do Maranhão, é denominado Boiada.

As discussões sobre os problemas e desafios nesse território indicaram uma diversidade de modelos e estratégias adotadas ao longo dos últimos anos na região norte do estado, ocupada em meados do século passado por imigrantes paulistas e mineiros motivados pela expansão da cultura cafeeira (Bobato; Cunha, 2026). Em períodos mais recentes, observa-se, por um lado, esforços voltados para o fomento do modelo hegemônico de produção agroindustrial de *commodities*, com destaque para monocultivos (especialmente da soja) e a cadeia de avicultura de corte, intensificados por um conjunto de incentivos públicos e privados. Por outro lado, há um número expressivo de unidades agrícolas familiares, envolvidos na produção diversificada de alimentos, que não se enquadram nesse modelo hegemônico, indicando conflitos em termos de ações e estratégias para o desenvolvimento territorial (Laurenti; Soares Júnior; Costa, 2023). Observa-se, assim, restrições à agricultura familiar e intensificação do êxodo rural, especialmente de jovens que migram dos pequenos municípios e áreas rurais para a região metropolitana de Maringá, município polo do território com cerca de 430 mil habitantes.

Essa coexistência de modelos evidencia a presença de projetos territoriais distintos. De um lado, predomina uma lógica produtivista orientada pela geração de *commodities* agrícolas padronizadas e integradas a cadeias agroindustriais globais. De outro, persistem iniciativas vinculadas à agricultura familiar que buscam construir formas de valorização baseadas na diversificação produtiva, na proximidade entre produtores e consumidores e na agregação de atributos territoriais aos produtos. Essa tensão remete diretamente ao contraste, discutido pela abordagem da CBST, entre processos de produção genérica e estratégias de especificação territorial dos recursos. A pesquisa de campo identificou importantes elementos atrelados à valorização de produtos de coletivos de agricultores familiares do território (Batista; Delgado, 2025). Algumas iniciativas pontuais e ações coletivas respaldadas em sistemas de produção agroecológicos e orgânicos; a busca por canais de comercialização de valorização de produtos da agricultura familiar, para além do mercado institucional; o fortalecimento de coletivos de mulheres, especialmente direcionados à agregação de valor por meio do processamento de produtos agropecuários, são exemplos de ações coletivas da agricultura familiar.

Nesse sentido, as agroindústrias familiares e o turismo rural representam iniciativas com grande potencial de agregação de valor. Mais do que atividades econômicas complementares, essas iniciativas constituem potenciais vetores de especificação territorial. Os produtos processados pelas agroindústrias familiares carregam conhecimentos locais, trajetórias produtivas e formas particulares de organização social que dificilmente podem ser reproduzidas fora do território. Sua valorização depende, portanto, menos da escala produtiva e mais da capacidade de transformar tais atributos em elementos reconhecidos pelos consumidores e pelos demais atores territoriais.

A produção e comercialização de produtos processados enfrentam diversos entraves, tais como limitações em termos de mão-de-obra, capacidade financeira e conhecimento técnico e de gestão. Em termos institucionais, a resolução de gargalos associados ao aparato legal das agroindústrias familiares está diretamente relacionada à valorização de recursos territoriais específicos, especialmente ao se considerar as limitações de acesso a mercados. A partir de parcerias entre atores públicos, associativos e privados, diversas formações e seminários sobre

desenvolvimento territorial sustentável foram realizados com o intuito de fomentar reflexões sobre tais problemas e aumentar a capacidade dos atores em identificar e articular seus recursos, saberes, competências e objetivos. Diferentes oportunidades emergem, ainda que de maneira incipiente ou prospectiva. Nos estudos, fica claro que ações coletivas, valorização de produtores e seus produtos e o fomento à agroindústria familiar esbarram em elementos da governança entre os atores, nos diferentes níveis do território.

As sínteses dos quatro territórios de pesquisa revelam a marcada incidência de recursos territoriais específicos ligados a produtos agroalimentares e ao turismo de base comunitária, cujas dinâmicas de ativação e valorização nos mercados (formais e informais) são profundamente diversas. A informalidade na transformação e comercialização de alimentos, longe de ser um problema contribui para a segurança alimentar dos territórios rurais (Dorigon, 2022). Além disso, maioria dos atores territoriais entrevistados nutre a expectativa de atuar em canais formais de comercialização. No que se refere ao turismo de base comunitária é notória a existência de manifestações culturais, que movimentam um turismo intra-territorial, com visitantes do próprio município e do seu entorno. Esse tipo de turismo é pouco considerado e analisado nas formulações sobre o desenvolvimento territorial sustentável.

No entanto, existência de recursos territoriais específicos, sejam eles agroalimentares, culturais, ambientais ou turísticos, não conduz automaticamente a processos de desenvolvimento territorial sustentável. Em todos os casos observam-se disputas em torno da apropriação dos recursos, limitações institucionais para sua valorização e diferentes capacidades de ação coletiva dos atores locais. Enquanto alguns territórios apresentam experiências mais avançadas de coordenação e construção de mercados territorializados, outros ainda se encontram em fases iniciais de ativação dos recursos. Essa diversidade reforça uma das hipóteses centrais da abordagem da CBST: a especificação territorial resulta menos da existência objetiva de recursos e mais da capacidade dos atores de construir formas compartilhadas de governança, reconhecimento e valorização desses recursos.

Considerações Finais

A elaboração deste artigo partiu da constatação de que o conceito de recurso territorial específico, embora frequentemente mobilizado em iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural brasileiro, ainda apresenta limitada apropriação teórico-metodológica por parte de pesquisadores, gestores públicos e organizações territoriais. Ao discutir os fundamentos da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e confrontá-los com distintas realidades brasileiras, buscou-se contribuir para a compreensão dos processos de construção, valorização e governança dos recursos territoriais, bem como para o aperfeiçoamento de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

A apropriação conceitual por parte de organizações que promovem esse estilo de desenvolvimento representa o primeiro passo para que sejam adotados procedimentos metodológicos que qualifiquem as ações. Trata-se de incrementar as competências territoriais no sentido de valorizar as potencialidades locais e promover o desapego da ilusão, ainda muito presente entre gestores públicos de municípios rurais, da instalação de grandes empresas geradoras de empregos e renda

em pequenos municípios rurais. Para as realidades socioeconômicas e ambientais desses municípios, a cooperação em torno de projetos territoriais compartilhados se revela mais promissora do que a concorrência intermunicipal ilusionista de um futuro melhor impulsionado pela grande empresa.

O olhar relacional lançado aos territórios envolvidos na pesquisa reforça a compreensão de que não existem modelos universais de desenvolvimento territorial sustentável passíveis de reprodução em contextos distintos. Os casos estudados evidenciam que a valorização dos recursos territoriais específicos depende de trajetórias históricas próprias, da capacidade de ação coletiva dos atores locais, da densidade institucional existente e das formas de governança construídas em cada contexto. Ao mesmo tempo, revelam que os processos de especificação dos recursos territoriais são atravessados por relações de poder, mecanismos de exclusão e disputas em torno dos usos legítimos do território.

A análise da construção de recursos territoriais específicos em contextos rurais criativos revela que a proximidade social qualifica a proximidade geográfica. Em territórios rurais do norte do País, essa proximidade se materializa principalmente pelas dinâmicas de mobilização comunitária e na promoção de uma identidade territorial que articula práticas culturais, econômicas e sociais. No caso das comunidades quilombolas, por exemplo, as iniciativas coletivas integram conhecimentos ancestrais com novas formas de ação social, como a produção de vestuário e a organização de feiras na Ilha do Marajó. A criação de espaços compartilhados, como o de uma biblioteca comunitária, uma feira quilombola ou uma agroindústria associativa de quebradeiras de coco e babaçu, são resultados de uma mobilização contínua, em que os atores territoriais se envolvem ativamente na construção de recursos territoriais, que não têm apenas valor econômico, mas sobretudo cultural e ambiental.

No entanto, ao integrar a reflexão sobre “recurso territorial específico” com a ontologia quilombola, é necessário reconhecer a profunda interconexão entre corpo, território, humanos e não humanos. A ontologia quilombola, marcada pela resistência histórica e pela relação de pertencimento e reciprocidade com a terra, implica que essas categorias não possam ser tratadas separadamente. O corpo quilombola não é apenas um agente econômico ou cultural, mas está intrinsecamente ligado ao território, ao seu fluxo e aos seus ritmos naturais, como se observa na produção de queijo, que depende dos conhecimentos transmitidos pelos mestres queijeiros. O corpo se insere no território e é parte ativa da construção de recursos territoriais, reconhecendo que os não-humanos — como a terra, os animais e as plantas — são igualmente participantes do processo de criação e valorização de recursos territoriais, cujas características não podem ser dissociadas das suas relações socioambientais. Portanto, a criação de recursos territoriais quilombolas, ao englobar práticas culturais e ambientais, evidencia uma visão integradora e relacional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. J. K.; DELGADO, J. F. de O. A valorização socioeconômica da agricultura familiar no Norte Pioneiro Paranaense. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, [s. l.], v. 23, n. 11, e12123, 2025.

BOBATO, Z. L.; CUNHA, L. A. G. Análise espaço-temporal da transformação agrícola paranaense: do café às commodities (1985-2024). **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [s. l.], v. 15, n. 2, e3136, 2026. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v15n2-4-2026>.

CAMPAGNE, P. Les territoires créatifs face à la mondialisation: l'exemple de territoires ruraux des pays méditerranéens. In: GLON, É.; PECQUEUR, B. (Dir.). **Au coeur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales**. Rennes: PUR, p. 201-202, 2016, p.295p.

CAPELLESSO, A. J.; ELY, J.; WICHERT, G. C. G. A construção de serviços turísticos como expressão de sociabilidade em ambiente rural: estudo de caso na Região Caminhos da Fronteira. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 16, p. 1–27, 2026. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v16.5658>

CAPELLESSO, A. J.; PAGLIOSA, L. G.; SLAVIERO, A.; DAL RI HEINECK, A. C.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 205–223, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.774>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/774>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.797>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/797>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 16, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CAZELLA, A. A.; TECCHIO, A.; SCHNEIDER, S.; BONI, V. The territorial basket of goods and services and the social construction of markets: contributions from cooperatives and family-farmers' agrifood processing enterprises in Santa Catarina (Brazil). **Italian Review of Agricultural Economics**, [s. l.], v. 79, n. 1, p. 85–96, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36253/rea-14827>. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/rea/article/view/14827>. Acesso em: 30 jan. 2026.

COLLETIS, G. PECQUEUR, B. Intégration des espaces et quasi-intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? **Revue d'Économie Régionale et Urbaine**, nº3, p. 489-508, 1993.

COSTA-NETO, J. P.; BARBIERI, R.; IBAÑEZ, M. do S. R.; CAVALCANTE, P. R. S.; PIORSKI, N. M. Limnologia de três ecossistemas aquáticos característicos da Baixada Maranhense. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, São Luís, v. 14, 2014.

COSTA, J. F. R. **“Território pra gente é casa”**: mobilizações quilombistas no Marajó dos Campos. 2025. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará; Belém, 2025.

DIAS, O. C. **“As roças na época era assim, como não é agora”**: as transformações no território quilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA). 2024. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará; Belém, 2024.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.782>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/782>. Acesso em: 30 jan. 2026.

EVERTON, M. M. S. **Potencialidades geoambientais de um rosário de lagos na Baixada Maranhense**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP/Edusp, 2007.

FERREIRA, L. C.; FARIAS FILHO, M. S.; FERREIRA, V. G. S. Conflitos territoriais e problemas socioambientais nas áreas de campos inundáveis do município de São

João Batista – Maranhão. **Revista Tocantinense de Geografia – online**. Araguaína. v. 13, n. 29, 2023.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 168–185, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.787>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/787>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. (Coord.). **Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: um nouveau paradigme du développement territorial?** Versailles: Éd. Quae, 2021, 395p.

GLON, É.; PECQUEUR, B. (Dir.). **Au coeur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales**. Rennes: PUR, 2016, p.295p.
GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. (Dir.). **La ressource territoriale**. Paris: Economica, 2007, 252p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 22–40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.776>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/776>. Acesso em: 29 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 150–167, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.786>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/786>. Acesso em: 30 jan. 2026.

LAURENTI, A. C.; JÚNIOR, D. S.; COSTA, G. V. **Sistemas de produção na agropecuária do Paraná: especialização e diversidade**. [S. l.]: IDR-Paraná, 2023. (Technical Bulletin, 105). Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/BT-105-Sistemas-de-producao-na-agropecuaria-do-Parana-especializacao-e-diversidade>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LOPES, L. B. **Educação alimentar e nutricional e territorialidade quilombola em Salvaterra (PA): parceiros descompassados?** 2024. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará; Belém, 2024.

MARTINS, D. M. **A “cidade dos lagos”:** narrativas ancestrais sobre as estearias no município de Penalva-MA. 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MEDEIROS, M.; MARTINS DE SOUZA, C.; NELSON, D. R. O Queijo do Marajó como tecnologia em disputa: entre tradições locais e regimes de certificação. **Sociologias**, [S. l.], v. 28, n. 65, p. e147873, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e147873>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/147873>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes**, [S. l.], v. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v26io.16842>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/16842>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 74–92, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.773>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/773>. Acesso em: 29 jan. 2026.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l’hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n° 261, p. 37-49, 2001.

PERRON, L.; JANIN, C. **Valorizar os recursos territoriais:** chaves para a ação – Guia metodológico. Florianópolis: Epagri, 2020, 147p.

PEYRACHE-GADEAU, V.; PERRON, L.; JANIN, C. La spécificité territoriale comme alternative à la genericité des produits-ressources. In: GLON, E.; PECQUEUR, B. (Dir.). **Au coeur des territoires créatifs:** proximités et ressources territoriales. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 227-235, 2016, 295 p.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B. Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 22, n. 61, p. e16116, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.61.16116. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/16116>. Acesso em: 9 jun. 2026.

RIBEIRO, M. B.; CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Construção de mercados por agroindústrias familiares: análise sob a perspectiva da abordagem da cesta de bens e serviços territoriais. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, [s. l.], v. 14, p. 815–841, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.5425>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5425>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA MEIRELLES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2014.

TECCHIO, A., CHECHI, L. A., SOUZA, L. M., GIOMBELLI, G. P., CAZELLA, A. A., BONI, V. A. Marques collectives et panier de biens et services territorialisés: actions de développement territorial durable dans l’ouest de Santa Catarina. In: GRISA, C. et al. (Org.). **Systèmes Alimentaires et Territoires au Brésil**. Montpellier: PULM, 2022.

TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Política e Planejamento Regional**, vol. 8, nº 1, p.1–20, 2021. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=NDI4&l=tx>. Acesso em: 12 jan. 2026.

TECCHIO, A.; SOUZA, L.; CHECHI, L. A.; CAZELLA, A. A. Recursos territoriais específicos e imateriais: as marcas coletivas Sabor Colonial e Sabor Serrano. **Sociedade e Território**, [s. l.], v. 36, n. 3, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2024v36n3ID36294>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/36294>. Acesso em: 29 jan. 2026.

VALENTE DA CRUZ, B. E.; NASCIMENTO, E. C.; CRUZ, F. T.; CALVI, M. F. Redes sociais e preservação dos modos de produção de queijos artesanais da Ilha do Marajó, PA. **Redes**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 506-526, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14855>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/14855>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Ademir Antonio Cazella. Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Professor. Rua José Elias Lopes, 553, 88.055-060 – Florianópolis (SC). aacazella@gmail.com

Monique Medeiros. Doutorado. Universidade Federal do Pará. R. Igarapé Tucunduba, Universitário, 66075-110 – Belém (PA). mmedeiros@ufpa.br

Sandra Mara de Alencar Schiavi. Doutorado. Universidade Estadual de Maringá. Professora. Av. Colombo, 5790, 87.020-900 - Maringá (PR). sandraschiavi@gmail.com

Itaan de Jesus Pastor Santos. Doutorado. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor. Rua dos Sabiás, 14; Edf Bagatelle; Ap 103, bairro Renascença; Cep 65.075-360 São Luis (MA). itaanps@gmail.com

Submetido em: 06/04/2026

Aprovado em: 21/07/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Curadoria de Dados (Data curation): Ademir Antonio Cazella
Análise Formal (Formal analysis): Ademir Antonio Cazella
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Investigação/Pesquisa (Investigation): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Metodologia (Methodology): Ademir Antonio Cazella
Administração do Projeto (Project administration): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Recursos (Resources): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Software: não se aplica
Supervisão/orientação (Supervision): não se aplica
Validação (Validation): não se aplica
Visualização (Visualization): não se aplica
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Ademir Antonio Cazella; Monique Medeiros; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Itaan de Jesus Pastor Santos

Fontes de financiamento:

A elaboração deste artigo teve o apoio dos seguintes projetos de pesquisa: i) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc), Edital Suplemento nº 28/2022, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA); iii) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

Para a versão em inglês, o artigo contou com apoio financeiro da Capes - Brasil.